

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO 01/2025-CPCP- TAE

26/10/2025

Instruções

1. Esta prova contém 40 (quarenta) questões objetivas, sendo 10 questões de Língua Portuguesa numeradas de 01 a 10; 05 questões de Raciocínio Lógico e Quantitativo de 11 a 15; 05 questões de Legislação de 16 a 20 e 20 questões de Conhecimentos específicos – **Cargo de Assistente de Alunos** de 21 a 40.
2. A duração da prova será de **3h (três horas)**, incluindo a resolução da prova e o preenchimento da folha de respostas.
3. O candidato que sair do local da prova antes de ter decorrido 1h (uma hora) do início da mesma será automaticamente desclassificado.
4. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo, portanto, permitidas perguntas aos fiscais.
5. A prova é **INDIVIDUAL**, sendo vetada a comunicação entre os candidatos durante sua realização.
6. Será eliminado o candidato que utilizar material de consulta ou qualquer sistema de comunicação.
7. Em cada questão, há somente uma resposta correta.
8. Não copie as respostas. Você poderá levar o caderno de provas, após decorrido 1h30min do início da prova.
9. **ATENÇÃO!** Ao receber a sua folha de respostas, aja da seguinte forma:
 - Verifique se os dados pré-impressos estão corretos;
 - Assine no local indicado;
 - Na folha de respostas, pinte, preenchendo por inteiro, com caneta esferográfica ponta média, tinta azul-escuro ou preta, o campo correspondente à alternativa que considera correta em cada questão;
 - Não amasse, não dobre e nem rasure a folha de respostas.
10. Ao terminar a prova, permaneça em sua carteira, levante a mão e aguarde o fiscal chegar para coletar a folha de respostas e a ficha de identificação. Só depois poderá sair definitivamente da sala de provas.

Língua Portuguesa

Texto:

Drão!	Drão!
O amor da gente é como um grão	Não pense na separação
Uma semente de ilusão	Não despedace o coração
Tem que morrer pra germinar	O verdadeiro amor é vão
Plantar n'algum lugar	Estende-se infinito
Ressuscitar no chão	Imenso monolito
Nossa sementeira	Nossa arquitetura
Quem poderá fazer aquele amor morrer	Quem poderá fazer aquele amor morrer
Nossa caminhadura	Nossa caminhadura
Dura caminhada	Cama de tatame
Pela noite escura	Pela vida afora

Drão!
Os meninos são todos são
Os pecados são todos meus
Deus sabe a minha confissão
Não há o que perdoar
Por isso mesmo é que há de
haver mais compaixão
Quem poderá fazer
Aquele amor morrer
Se o amor é como um grão
Morre, nasce trigo
Vive, morre pão
Drão!
Drão!

(Gilberto Gil - <https://www.culturagenial.com/musica-drao-gilberto-gil/>)

01. A canção "*Drão*", de Gilberto Gil, carrega forte carga simbólica e poética ao tratar do amor, da dor e da separação. A partir da leitura da letra, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O eu lírico tenta convencer Drão de que a separação é necessária e definitiva para que ambos possam seguir caminhos distintos.
- (B) O amor é apresentado como algo concreto e estático, incapaz de se transformar ou renascer após o fim de uma relação.
- (C) O eu lírico assume suas culpas, mas também reconhece que há esperança e compaixão, o que torna possível a continuidade do amor.
- (D) Os filhos são retratados como consequência dos pecados do eu lírico, representando uma fonte de sofrimento.
- (E) A canção apresenta o amor como algo ilusório e frágil, incapaz de resistir aos obstáculos da vida.

02. Na expressão "**n'algum lugar**", retirada da canção *Drão*, observa-se um fenômeno linguístico comum na língua portuguesa, especialmente em contextos formais e literários. Esse fenômeno consiste em:

- (A) Uma elipse, em que um termo é omitido por já estar subentendido no contexto.
- (B) Uma próclise, caracterizada pelo uso do pronome oblíquo átono antes do verbo.

- (C) Um caso de apócope, ou seja, a supressão de uma vogal no fim da palavra para facilitar a pronúncia.
- (D) Uma contração, que resulta da fusão da preposição "em" com o pronome indefinido "algum".
- (E) Uma ênfase estilística, em que o uso do apóstrofo indica uma pausa dramática obrigatória na leitura.

03. Na canção *Drão*, Gilberto Gil utiliza a palavra "**monolito**" na seguinte passagem:

"O verdadeiro amor é vão, estende-se infinito Imenso **monolito**, nossa arquitetura"

Com base no contexto em que a palavra **monolito** é usada, assinale a alternativa **CORRETA** quanto ao seu significado simbólico na canção:

- (A) O termo "monolito" representa a fragilidade do amor, que se desfaz facilmente como pedra solta.
- (B) "Monolito" é utilizado para destacar a rigidez do relacionamento, que impede mudanças e adaptações.
- (C) A palavra simboliza a estrutura sólida, única e duradoura do amor verdadeiro, comparado a uma grande rocha indivisível.
- (D) O eu lírico utiliza "monolito" para expressar o peso emocional do amor, que oprime e sufoca os envolvidos.
- (E) "Monolito" é uma referência à solidão, indicando que o amor verdadeiro é sempre vivido de forma solitária.

04. Na canção *Drão*, de Gilberto Gil, o trecho "**Nossa caminhadura / Dura caminhada**" apresenta um recurso estilístico que amplia o sentido poético da experiência do casal. Com base nesse trecho, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O uso da palavra "caminhadura" indica um erro de linguagem, que compromete o entendimento dos versos.
- (B) A expressão reforça o tom religioso da canção, representando a peregrinação do casal rumo ao perdão divino.
- (C) O jogo entre "caminhadura" e "caminhada" serve para destacar a literalidade do percurso físico feito pelos personagens.
- (D) O eu lírico emprega a metáfora da caminhada para representar a trajetória difícil e emocionalmente exigente da relação amorosa.
- (E) Os versos mostram que a relação acabou por causa de constantes mudanças de endereço, simbolizadas pela ideia de caminhada.

05. Qual das alternativas a seguir corresponde corretamente ao sentimento expressado por Renato

Russo na frase: "**Quantas chances desperdicei, quanto o que eu mais queria era provar para todo o mundo que eu não precisava provar nada para ninguém**"?

- (A) A busca constante por aprovação externa e o medo de não ser aceito pelos outros.
- (B) A satisfação plena com as próprias conquistas, sem a necessidade de validação alheia.
- (C) A frustração por não ter conseguido alcançar seus objetivos pessoais.
- (D) A indiferença em relação às opiniões do público e à opinião própria.
- (E) A certeza de que não precisa provar nada a ninguém, mesmo tendo tentado fazer isso anteriormente.

06. Nos versos: "**Quantas chances desperdicei, quanto o que eu mais queria era provar para todo o mundo que eu não precisava provar nada para ninguém**", de Renato Russo, observe a construção e o sentido dos elementos linguísticos. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A oração "que eu não precisava provar nada para ninguém" é subordinada adjetiva, pois caracteriza o termo "todo o mundo".
- (B) A repetição da palavra "provar" compromete a coesão do período e representa uma falha de construção textual.
- (C) A forma "quanto o que eu mais queria" está incorreta, pois "quanto" deve ser substituído por "quando" para manter a coerência temporal.
- (D) A expressão "não precisava provar nada para ninguém" apresenta um erro de duplo sentido negativo, sendo gramaticalmente inadequada.
- (E) A construção revela um paradoxo intencional: o eu lírico diz querer "provar que não precisava provar", expressando um conflito interno sobre a necessidade de validação.

07. Assinale a alternativa que está **inteiramente correta quanto à ortografia das palavras** segundo a norma culta da língua portuguesa:

- (A) A criança era muito espontânea, mas às vezes parecia distraída com o que acontecia ao seu redor.
- (B) O relatório foi elaborado com exatidão e entregue no empreendimento responsável pela fiscalização.
- (C) Todos estavam ansiosos pela estreia do filme, que prometia uma história emocionalmente envolvente.
- (D) A secretária informou que o problema foi resolvido, mas ainda aguardavam um retorno da administração.

- (E) O diretor fez um pronunciamento firme e esclarecedor sobre os procedimentos adotados pela equipe.

08. Assinale a alternativa em que as palavras destacadas foram **empregadas corretamente** de acordo com seus **significados e grafias**:

- (A) A professora **infligiu** uma punição ao aluno que havia **infringido** as regras da escola.
- (B) O juiz deu a **sentença** final após ouvir a defesa, mas o réu ainda pode entrar com **censura**.
- (C) O novo medicamento teve **efeito colateral** e causou uma reação **inflacionária** na pele do paciente.
- (D) O político tentou **ratificar** seu discurso com dados falsos, mas acabou sendo **retificado** pela imprensa.
- (E) Durante a cerimônia, o diretor fez um **discurso eminente** que comoveu toda a plateia.

09. Assinale a alternativa em que o uso da crase está **correto**, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa:

- (A) O diretor respondeu rapidamente **à respeito** das acusações feitas pela imprensa.
- (B) Chegamos **à tarde**, e o evento já havia começado.
- (C) Seguimos viagem **a medida** que o tempo permitia.
- (D) O projeto foi apresentado **à uma comissão** de avaliação externa.
- (E) Fizemos uma visita **à João**, mas ele não estava em casa.

10. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e nominal está **inteiramente correta**, conforme a norma-padrão da língua portuguesa:

- (A) Haviam muitas pessoas insatisfeitas com os resultados das eleições.
- (B) Fazem dias que não temos notícias dos familiares.
- (C) A maioria dos alunos chegaram atrasados para a prova.
- (D) Seguem anexa os documentos solicitados.
- (E) Segue anexo o relatório e os comprovantes exigidos.

Raciocínio lógico e quantitativo

11. Quando fui servir ao exército, com 18 anos de idade, meu pai tinha 45 anos. Hoje ele tem o dobro da minha idade. Pergunta: quantos anos eu tenho agora?

- (A) 28
- (B) 33
- (C) 27

- (D) 41
(E) 30

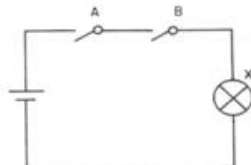
12. Ana é irmã de Bruna; Bruna é irmã de Carla; Carla é mãe de Diana. O que Diana é de Ana?

- (A) Filha
(B) Irmã
(C) Nenhum parentesco
(D) Prima
(E) Sobrinha

13. Observe a Tabela verdade e o circuito lógico a seguir:

A	B	x
0	0	0
0	1	0
1	0	0
1	1	1

Operação Lógica



Circuito lógico.

Pode se afirmar que se trata da operação lógica:

- (A) Ou-exclusiva
(B) Negação
(C) E
(D) Ou
(E) Não-E

14. Se CARLOS é 6; ROMEO é 4; ARI é 3; ABRAAO é 4, então COLOMBO é:

- (A) 3
(B) 4
(C) 5
(D) 6
(E) 7

15. Considere os conjuntos $A = \{2, 4, 5, 12, 40, 53\}$ e $B = \{9, 12, 30, 90\}$. Qual operação entre os dois conjuntos resultaria em um conjunto dos números $\{2, 4, 5, 40, 53\}$?

- (A) $A + B$
(B) $A - B$
(C) $B - A$
(D) $A \cap B$
(E) $B \cup A$

Legislação

16. A Carta Magna de 1988 apresenta princípios fundamentais em seu texto, os quais são fundamentos essenciais do ordenamento jurídico brasileiro e possuem como função, entre outras, guiar a interpretação e aplicação das normas, bem como estabelecer limites ao poder estatal. Conforme texto constitucional, são fundamentos da República Federativa do Brasil:

- (A) a independência nacional, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores

sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.

- (B) a independência nacional, a cidadania, a autodeterminação dos povos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
(C) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
(D) a independência nacional, a cidadania, a autodeterminação dos povos, a igualdade entre os Estados, o pluralismo político.
(E) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a igualdade entre os Estados.

17. Segundo as formas de provimento de cargo público constantes da Lei 8.112/90, o retorno à atividade de servidor aposentado trata-se da forma chamada de:

- (A) Readaptação
(B) Promoção
(C) Exoneração
(D) Reversão
(E) Transferência

18. A Lei 8.112/90, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais, apresenta conceitos ligados à remuneração e vencimento dos servidores públicos federais. Assinale a alternativa **correta**:

- (A) É possível que o servidor receba remuneração inferior ao salário mínimo.
(B) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, sem o acréscimo das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
(C) Vencimento é a remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
(D) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
(E) O servidor não perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.

19. A carreira dos técnico-administrativos em educação é regida pela Lei nº 11.091/2005, a qual estabelece conceitos fundamentais para sua correta aplicação e interpretação. Assinale a alternativa que apresenta o conceito devidamente definido no Art. 5º dessa lei:"

- (A) Padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função

- do nível de capacitação, cargo e nível de classificação.
- (B) Cargo: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do cargo e nível de classificação.
- (C) Padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do cargo e nível de classificação.
- (D) Ambiente organizacional: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.
- (E) Cargo: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

20. Na estrutura brasileira do Estado Democrático de Direito, o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição Federal de 1988, valendo-se de seus princípios para decisões que impactam a sociedade brasileira. Vide a decisão da Ministra Rosa Weber:

A "escravidão moderna" é mais sutil do que a do século 19 e o cerceamento à liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa, e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa "reduzir alguém a condição análoga à de escravo". [Inq 3.412, rel. p/ o ac. min. Rosa Weber, j. 29-3-2012, P, DJE de 12-11-2012.]

Conforme estabelece o Art. 7º da Constituição Federal, **NÃO** é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, nos termos da lei.
- (B) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- (C) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- (D) adicional remunerado às atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

- (E) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

Conhecimentos específicos

21. A Lei nº 8069/1990, denominada como Estatuto da Criança e do Adolescente, teve como marco a busca pela garantia de direitos de pessoas em condições peculiares de desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente, visando o pleno desenvolvimento destes sujeitos de direitos, prevê que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos previstos em leis. Neste sentido, a Lei estabelece, em seu artigo 4º, § único, que a garantia de prioridade no atendimento compreende:

I - primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

II - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

III - preferência no atendimento em instituições privadas de ensino.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) **Apenas os itens I e II são verdadeiros.**
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

22. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Instituição Federal de Ensino Superior, criada pela Lei nº 11.184, de 07 de outubro de 2005, rege-se por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e demais regulamentos e resoluções internas. O Estatuto (Portaria SESu nº 303, de 16/04/2008 e suas alterações posteriores), em seu capítulo I, trata dos **Princípios** da instituição. Neste sentido, analise os itens a seguir:

I - valorização da formação integral do ser humano e de lideranças, estimulando a promoção social e a formação de cidadãos com espírito crítico e empreendedor;

II - liberdade de pensamento e de expressão e de difusão e socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza;

III - articulação e integração verticalizada entre os diferentes níveis e modalidades de ensino e integração horizontal com o setor produtivo e os segmentos sociais, promovendo oportunidades para a educação continuada;

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
 (B) **Apenas o item II é verdadeiro.**
 (C) Apenas o item III é verdadeiro.
 (D) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
 (E) Todos os itens são verdadeiros

23. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, de 2015, prevê o amparo legal das pessoas com deficiência (PCDs) visando assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e cidadania. O Art. 6º prevê que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I - casar-se e constituir união estável.
 II - exercer direitos sexuais e reprodutivos.
 III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
 IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.
 V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
 (B) **Apenas os itens II, III e V são verdadeiros.**
 (C) Apenas o item II, III e IV são verdadeiros.
 (D) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
 (E) Todos os itens são verdadeiros.

24. A educação é um direito social e busca a formação humana para o exercício da cidadania. Para o desenvolvimento e atendimento aos princípios das diretrizes e bases da educação, a Lei 9394/1996 (LDB), em seu Título IV, estabelece que a organização da educação nacional, deve se dar em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. No que compete especificamente à União, caberá:

- (A) a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais;
 (B) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;
 (C) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
 (D) **baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;**

- (E) Nenhuma das alternativas estão corretas.

25. O Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Conforme o Art. 6º, o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo, dentre outros:

I - assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis em alguns meios de transportes.

II - mobiliário de recepção e atendimento parcialmente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

IV - pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
 (B) Apenas o item II é verdadeiro.
 (C) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
 (D) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
 (E) **Todos os itens são verdadeiros.**

26. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, segundo seu Estatuto (Portaria SESu nº 303, de 16/04/2008 e suas alterações posteriores), se organiza com estrutura e métodos de funcionamento que respeitam a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. O Estatuto, em seu capítulo III, trata dos **Objetivos** da instituição. Neste sentido, assinale a alternativa **correta**:

- (A) cursos de Graduação e Pós-Graduação, visando à formação de profissionais para as diferentes áreas da educação tecnológica e habilidades digitais.
 (B) **cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas nos vários níveis e modalidades de ensino de acordo com as demandas de âmbito local e regional.**
 (C) estimular a criação cultural, as práticas artísticas e esportivas, e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

- (D) diplomar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
- (E) incentivar e promover o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

27. Pesquisas e dados estatísticos apontam que o número de jovens no Brasil aumenta gradativamente. Diante das demandas legítimas de proteção dos direitos da juventude e da necessidade de estabelecer diretrizes para uma política nacional voltada a este segmento social a Lei nº 12.852/2013 foi promulgada, dando origem ao Estatuto da Juventude. Para efeitos deste Estatuto são considerados jovens:

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) as pessoas com idade entre 16 (dezesesseis) e 21 (vinte e um) anos de idade.
- (B) as pessoas com idade entre 16 (dezesesseis) e 29 (vinte e nove) anos de idade.
- (C) as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.
- (D) as pessoas com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos de idade.
- (E) as pessoas com idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade.

28. A Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida como LDB, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Segundo a LDB, em seu artigo 3º, o ensino será baseado nos seguintes princípios:

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- (B) pluralismo de ideias e de concepções ideológicas.
- (C) respeito à liberdade e apreço à tolerância, especialmente de gênero.
- (D) vinculação entre a educação escolar, o trabalho, as práticas sociais e religiosas.
- (E) garantia do direito à educação e à aprendizagem até a idade da adolescência.

29. A Lei nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99 e alterada pela Lei nº 15.155/25, trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. De acordo com seu Art. 2º,

ao poder público e seus órgãos cabe “assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho,” dentre outros. Para o fim estabelecido neste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, na área da educação:

I - a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

II - a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas.

III - a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.

IV - o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos com deficiência.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

30. A acessibilidade tem sido um tema amplamente debatido nas políticas públicas, com ênfase nas instituições de educação. O Decreto nº 5.296/2004 estabelece sobre as condições específicas de acessibilidade e, no artigo 15º, faz referência quanto o planejamento e urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, que deverão cumprir com as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e que incluem condições específicas, tais como:

I - construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas.

II - rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível.

III - instalação de piso tátil direcional e de alerta.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Todos os itens são verdadeiros.
- (E) Nenhum dos itens são verdadeiros.

31. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/1996, estabelece que as diretrizes, o

funcionamento e a competência de cada ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) tem como objetivo garantir os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa. Em seu artigo 26-B, parágrafo único, a LDB estabelece que: “As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da _____, da ciência, das _____ e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas _____, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas _____, social, artística, cultural, econômica e _____.

Assinale a alternativa que preenche **corretamente** as lacunas da frase:

- (A) história, artes, femininas, científicas e política.
- (B) religião, artes, femininas, científicas, política.
- (C) história, artes, masculinas, científicas e política.
- (D) história, artes, masculinas, comuns e política.
- (E) religião, artes, femininas, comuns e política.

32. O Estatuto da Juventude, promulgado pela Lei nº 12.852, de 05/08/2013, dispõem sobre os direitos dos jovens e estabelece, em seu artigo 2º, alguns **Princípios**. Neste sentido, assinale a alternativa **correta**:

- (A) promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação.
- (B) reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares.
- (C) criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores.
- (D) atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil.
- (E) adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude.

33. As instituições de educação se deparam cada vez mais com um perfil diferenciado de estudantes. Políticas específicas voltadas para as pessoas com deficiência buscam a garantia do direito de sua inclusão na rede regular de ensino. Neste sentido, a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei nº 7.853/89, estabelece normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais deste segmento. O artigo 1º, § 1º, dispõem que a efetiva integração social, na aplicação e interpretação desta Lei, considera alguns valores básicos que servem de diretrizes para a criação de políticas públicas, tais como:

- (A) igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana e trabalho compatível com sua deficiência.
- (B) igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros que sejam justificados pelos princípios gerais de direito.
- (C) igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados e justificados em princípios religiosos.
- (D) igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça socioeconômica, do respeito à dignidade da pessoa humana e do bem-estar, e outros que sejam justificados pelos princípios gerais de direito.
- (E) igualdade de tratamento e oportunidade, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros que sejam justificados pelos princípios gerais de direito.

34. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída pela Lei nº 13.146/2015, prevê em seu artigo 2º que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. E, no § 1º, do referido artigo, ressalta que a “avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar” e considerará:

- (A) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores psicológicos e pessoais.
- (B) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a restrição de participação.
- (C) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; a restrição de participação.
- (D) Os impedimentos nas funções biológicas e nas estruturas psicológicas; os fatores socioambientais; a limitação no desempenho de atividades.
- (E) Os impedimentos nas funções e dos fatores psicológicos; a limitação no desempenho de atividades.

35. A educação deve ser uma prioridade para a formação humana e profissional dos indivíduos. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996, estabeleceu, em seu artigo 4º, item VIII, que o direito à educação e o dever do Estado com a educação escolar pública obrigatória e gratuita será efetivado mediante a garantia de:

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: creche, pré-escola e ensino médio.
- (B) educação infantil gratuita às crianças de até 6 (seis) anos de idade.
- (C) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal aos níveis de educação infantil e médio, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (D) **atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.**
- (E) creche, educação infantil, ensino médio e profissionalizante.

36. A acessibilidade é considerada como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Conforme a Lei nº 10.098/2000, e a redação dada pela Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 3º, item IV: barreiras podem ser classificadas como entraves de acesso e participação social. Assinale a alternativa **correta** que descreve barreiras atitudinais:

- (A) falta de acesso nos edifícios públicos e privados.
- (B) qualquer entrave que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- (C) **atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.**
- (D) as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.
- (E) as existentes nos sistemas e meios de transportes.

37. Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania são objetivos da Lei nº 13.146/2015. Além das garantias de acesso é necessário assegurar o direito a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência, desenvolvendo potencialidades, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, dentre outras. A Lei supracitada apresenta em seu Capítulo II, artigo 16º, garantias para a pessoa com deficiência nos programas e serviços de habilitação e de reabilitação:

I - diagnóstico e intervenção precoces.

II - adoção de medidas para compensar perda ou limitação funcional, buscando limitar o desenvolvimento de aptidões.

III - atuação permanente, integrada e articulada de políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência.

IV - oferta limitada de rede de serviços privados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência.

V - prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, inclusive na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- (B) Apenas os itens II e V são verdadeiros.
- (C) **Apenas os itens III e V são verdadeiros.**
- (D) Apenas os itens I, III e V são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

38. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8069/90, passou a garantir a proteção integral e os direitos dos sujeitos em desenvolvimento, com prioridade absoluta, tanto no atendimento quanto na formulação de políticas públicas e na destinação de recursos públicos. O Capítulo II, artigo 16, do ECA, versa sobre os direitos à liberdade e compreende, dentre outros, os seguintes aspectos:

I - opinião e expressão.

II - crença e culto religioso.

III - participar da vida política, na forma da lei.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) **Apenas os itens I e III são verdadeiros.**
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

39. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Instituição Federal de Ensino Superior, criada pela Lei nº 11.184, de 07 de outubro de 2005, rege-se por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e demais regulamentos e resoluções internas. O Estatuto (Portaria SESU nº 303, de 16/04/2008 e suas alterações posteriores), em seu capítulo I, trata dos Princípios da instituição que traz, dentre outros:

I- liberdade de pensamento e de expressão e de difusão e socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza.

II- respeito ao pluralismo de ideias e de pensamento, à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica.

III- compromisso com a defesa dos direitos humanos, com a preservação dos recursos naturais, do meio ambiente e com a qualidade de vida.

IV- organização descentralizada mediante a possibilidade de implantação de diversos campi, inserindo-se na realidade regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho do ensino, da pesquisa aplicada e extensão.

V- minimização quanto ao aproveitamento dos recursos humanos e uso da infraestrutura existente pelos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apenas os itens I e V são verdadeiros.
- (B) **Apenas os itens I, II, III e V são verdadeiros.**
- (C) Apenas os itens II, III, IV e V são verdadeiros.
- (D) Apenas os itens I, II, III e IV são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

40. A inclusão e acessibilidade são conceitos relacionados, mas que guardam em si suas particularidades. A acessibilidade de pessoas com deficiência está prevista nas Leis nºs 10.048, de 08/11/2000, que trata da prioridade de atendimento, e 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 02/12/2004. Para os fins de condições gerais da acessibilidade, assinale a alternativa **correta**:

- (A) condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

- (B) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- (C) atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- (D) **disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.**
- (E) acesso às informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.